



SUPERVALORIZAÇÃO DA NORMA-PADRÃO: INFLUENCIADOR PARA O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

OVERVALUATION OF THE STANDARD NORM: INFLUENCER OF LINGUISTIC PREJUDICE

Maria Lidianne de Sousa Pereira (UECE)
lidiane_lidiarock@hotmail.com

Cícera Raquel Santos Silva (URCA)
raquel.santos@urca.br

RESUMO: Neste artigo, colocamos em discussão a supervalorização da norma-padrão e sua relação com o preconceito linguístico. Objetivamos, discutir os conceitos de norma-padrão, heterogeneidade linguística e preconceito linguístico e refletir sobre como a supervalorização da norma-padrão alimenta o preconceito linguístico não apenas no cenário escolar, mas em outras esferas sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, em que dialogamos com Bagno (2003, 2009), Faraco (2008), Ilari e Basso (2017), Silva e Machado (2019), dentre outros. As discussões estabelecidas neste trabalho mostram que a supervalorização da norma-padrão, bem como desconsideração das demais normas ou variedades linguísticas é um fator que alimenta consideravelmente o famigerado preconceito linguístico. Concluimos, portanto, que para a quebra ou ao menos a atenuação do preconceito linguístico é de suma importância que nossas escolas, assim como as demais esferas sociais, reconheçam que ao lado da norma-padrão existem outras normas linguísticas igualmente válidas.

PALAVRAS-CHAVE: Norma padrão. Heterogeneidade linguística. Preconceito linguístico.

ABSTRACT: In this article, we discuss the overvaluation of the standard norm and its relationship with linguistic prejudice. We aim to discuss the concepts of standard norm, linguistic heterogeneity and linguistic prejudice and to reflect on how the overvaluation of the standard norm feeds linguistic prejudice not only in the school setting, but in other social spheres. This is a qualitative bibliographic research, in which we dialogue with Bagno (2003, 2009), Faraco (2008), Ilari and Basso (2017), Silva and Machado (2019), among others. The discussions established in this work show that the overvaluation of the standard norm, as well as the disregard of other norms or linguistic varieties is a factor that considerably feeds the infamous linguistic prejudice. We conclude, therefore, that in order to break or at least mitigate linguistic prejudice, it is of paramount importance that our schools, as well as other social spheres, recognize that alongside the standard norm there are other equally valid linguistic norms.

KEYWORDS: Standard norm. Linguistic heterogeneity. linguistic prejudice.

1 Introdução

No atual cenário dos estudos linguísticos, é consenso que nenhuma língua natural é homogênea. Grosso modo, isso significa dizer que as línguas naturais, em nosso caso

específico o português do Brasil (doravante PB), oferecem aos seus usuários diferentes formas de uso que caracterizam o comportamento linguístico de diferentes comunidades. Aos diversos traços variáveis, situados seja na dimensão fonético-fonológica, morfológica, lexical, sintática, semântico ou discursivo-pragmática da língua, dar-se o nome de variedades ou normas linguísticas (CALVET, 2002; LABOV, 2008; CAMACHO, 2012; LUCCHESI, 2015; FARACO; ZILES, 2017).

De acordo com o linguista norte-americano Labov (2008), o chamado “pai da sociolinguística variacionista”, os diferentes fenômenos de variação linguística que tendem a predominar em uma ou outra variedade linguística não ocorrem aleatoriamente, visto que são influenciados por fatores internos ou externos a língua enquanto sistema. Para exemplificar o que estamos dizendo, sabemos que fatores sociais ou extralinguísticos como *idade, sexo, diferenças sociais, diferenças geográficas, questões históricas*, dentre outros, influenciam diretamente o modo como interagimos uns com outros por meio da fala e/ ou da escrita¹.

Como exemplo de fenômeno linguístico variável, vale citar a variação na concordância verbal com a 3ª pessoa do plural, como em: *eles correØ* vs. *eles correm*. Em linhas gerais, os diversos estudos realizados sobre esse fenômeno, em diferentes variedades de fala do PB, mostram que a primeira variante² tende a ocorrer com maior frequência na fala de sujeitos com pouca ou nenhuma escolarização em situações informais. Já a segunda variante tende a ocorrer mais frequentemente na fala de sujeitos com alta escolaridade e em situações formais de interação (VIEIRA, 2019). Com isso, vemos que fatores externos a língua – nesse caso específico, o grau de escolarização – atuam na forma como usamos nossa língua.

Ao assumirmos a língua enquanto um sistema heterogêneo, estamos, conforme já sinalizamos, lançando mão da existência de várias normas ou variedades linguísticas. Sobre a ideia de norma, é preciso esclarece, conforme Faraco e Zilles (2017), que esse

¹ Conforme Ilari e Basso (2017), o PB apresenta notáveis variações tanto na modalidade falada como escrita.

² De acordo com Labov (2008), a expressão variante linguística é usada para denominar as diferentes formas de dizer a mesma coisa, isto é, de transmitir a mesma informação do ponto de vista linguístico.

termo possui duas grandes definições. Na primeira, o termo norma é empregado para caracterizar todos os traços da língua que de fato marcam a fala ou escrita dos usuários. Nessa compreensão, o termo norma é equivalente à noção de variedade linguística.

Por outro lado, a segunda acepção de norma designa um conjunto de regras que norteia o “bom” uso da língua. Em outras palavras, compreende o modelo de língua considerado mais “aceito” pela sociedade, amplamente difundido pelas escolas, pelos meios oficiais de comunicação e que costuma ser diretamente associado à linguagem usada pelas classes mais abastadas economicamente, bem como pelos indivíduos altamente escolarizados, é a chamada norma-padrão; modelo de língua que impera nas gramáticas normativas ou tradicionais (BORTONI-RICARDO, 2004; ILARI; BASSO, 2017).

Ao refletirem sobre essa questão, Ilari e Basso (2017) atentam que em muitos aspectos, o modelo de língua que impera na norma-padrão não condiz com a realidade do atual português usado por milhões e milhões de brasileiras e brasileiros, sobretudo, àqueles(as) situados(as) em escalas sociais menos favorecidas economicamente, com pouco ou nenhum acesso aos grandes bancos escolares, tampouco aos meios de comunicação ou espaços favorecidos economicamente. Além disso, Ilari e Basso (2017) explicam que quanto mais distante o comportamento linguístico do falante estiver da norma-padrão, maiores são as chances de ele/ela ser ridicularizado(a) pela sociedade, taxado(a) de “incompetente”, acusado(a) de falar ou escrever um português “errado”, visto que para a norma-padrão e seus defensores, apenas o modelo de língua que impera nas gramáticas normativas é tido como “correto”, “aceitável”.

Os julgamentos depreciativos em relação à fala e/ ou à escrita do outro caracterizam o que os estudiosos e as estudiosas denominam de preconceito linguístico (BAGNO, 2009). Fenômeno que tanto inquieta, preocupa os(as) linguistas atualmente, o chamado preconceito linguístico reside, basicamente, na ideia de que só sabe falar bem quem dominar a norma-padrão, desconsiderando-se, assim, todas as outras normas ou variedades linguísticas, como se o único modelo de língua “correto” e a ser seguido fosse

o modelo padronizado que, como já nos referimos, se distancia consideravelmente da realidade do PB atualmente.

Diante desse problemático cenário, o presente estudo aborda a supervalorização da norma-padrão e sua relação com o preconceito linguístico. Diante dessa temática, nos deparamos com as seguintes questões: (i) O que marca a supervalorização da norma-padrão? (ii) Como é possível que nossas escolas, bem como a sociedade, prefiram, ainda, desconsiderar o fato cientificamente comprovado de que a língua é um sistema heterogêneo e lançar mão de um modelo de língua, a norma-padrão, que nem sempre corresponde a nossa realidade linguística?

Mediante a identificação desses questionamentos, elegemos como objetivo geral discutir como a supervalorização da norma-padrão alimenta o preconceito linguístico. A partir desse objetivo geral, elegemos como objetivos específicos: (i) Discutir os conceitos de norma padrão, heterogeneidade linguística e preconceito linguístico e (ii) Mostrar que a supervalorização da norma-padrão alimenta o preconceito linguístico não apenas no cenário escolar, mas em outras esferas sociais.

Este artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Para embasar as discussões aqui propostas, dialogamos com autores como Bagno (2003, 2009); Bortoni-Ricardo (2004); Faraco (2008); Labov (2008); Cecílio e Matos (2009); Faraco e Zilles (2017); Ilari e Basso (2017); Silva e Machado (2019); Araújo, Pereira e Viana (2020) dentre outros.

Em termos de organização, este artigo é composto por quatro seções. A primeira compreende esta Introdução; na segunda seção, colocamos em pauta as noções de norma-padrão, heterogeneidade linguística e preconceito linguístico; já na terceira seção, discutimos, mais diretamente, sobre como o preconceito linguístico é alimentado pela superestima da norma-padrão; na quarta e última seção, apresentamos as Conclusões.

2 Norma padrão, heterogeneidade linguística e preconceito

No Brasil, o modelo de língua tomado como padrão normativo foi fixado por uma elite letrada que buscou inspiração nas práticas de escritores portugueses do Romantismo. Assim, por razões socio-históricas, bem como políticas, os processos de padronização da língua portuguesa do Brasil, em nosso caso, foram recobertos pela expressão norma-padrão que “não é propriamente uma variedade da língua, mas [...] um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (FARACO, 2008, p. 73).

Embora não pretendamos nos aprofundar nas raízes históricas do estabelecimento da norma-padrão, salientamos que a produção desse “instrumento” (FARACO, 2008) foi iniciada na Europa, mais ou menos por volta dos anos finais do século XV. Ocorre que, no referido período, foi amplamente defendida a ideia de alcançar uma certa uniformidade linguística nos chamados Estados Centrais. A esse respeito, são bastante esclarecedoras as palavras de Faraco (2008, p. 73, grifo no original):

Em resposta à profunda diversificação do mapa linguístico de cada um dos novos Estados, emergiu um projeto padronizador. Desde Antonio de Nebrija (autor daquela que é considerada a primeira gramática de uma língua moderna – a gramática do castelhano publicada em 1492) se buscou estabelecer, por meio de instrumentos normativos (gramáticas e dicionários), um **padrão** de língua para os Estados Centrais Modernos, de modo a terem eles um instrumento de política linguística capaz de contribuir para atenuar a diversidade linguística regional e social herdada da experiência feudal. A esse instrumento damos hoje o nome de norma-padrão.

Com isso, vemos que a chamada norma-padrão foi implementada com o objetivo de unificar as línguas diante da grande diversidade existente. Todavia, esse projeto de padronização resultou em um modelo de língua que hoje, assim como em seus primórdios, se distancia consideravelmente das variedades linguísticas realmente usadas em diferentes pontos do Brasil. Compreendemos que, tão grave quanto ter se tornado uma espécie de ‘camisa de forças para a língua’ (BAGNO, 2003), é o fato de que com o passar dos séculos, a norma-padrão tornou-se um objeto de acesso restrito.

Afinal, como destacamos de início, tomou-se como modelo para o estabelecimento da norma-padrão não os traços linguísticos que melhor caracterizavam a

língua do povo brasileiro, mas sim a língua presente em obras consagradas de grandes escritores portugueses. Sabemos que, historicamente, o acesso a esses materiais esteve/está restrito às elites de uma determinada sociedade, justamente àquelas que tinham/têm amplo acesso aos grandes bancos escolares, a livros e outros bens favorecidos socio-economicamente.

Diante disso, concordamos com Faraco (2008) quando atenta que a norma-padrão foi/está recoberta de prestígio socio-histórico, não porque é linguisticamente superior a outras normas linguísticas, mas sim porque foi/está associada ao comportamento linguístico de sujeitos favorecidos socioeconomicamente. Afinal, não é possível afirmar com base em aspectos linguísticos que uma dada norma, uma dada variedade linguística seja superior ou inferior a outra. Logo, toda e qualquer avaliação das variedades e suas variantes linguísticas não é feita por razões propriamente linguísticas:

São feitas por razões históricas, por convenções sociais, que determinam o que representa ou não o falar social mais aceito. Daí por que não existem usos linguisticamente melhores ou mais aceitos do que outros; existem usos que ganharam mais aceitação, mais prestígio que outros, por razões puramente sociais, advindas, inclusive, do poder econômico e político da comunidade que adota esses usos. Dessa forma, não é por acaso que a fala errada seja exatamente a fala da classe social que não tem prestígio nem poder político e econômico (ANTUNES, 2007, p. 30).

Vemos, assim, que não raramente as avaliações linguísticas estão carregadas de preconceitos em relação às demais variedades, visto que tudo que é diferente da norma socialmente prestigiada é considerado erro, inferior. Nesse sentido, ao falar de norma-padrão, lidamos com uma espécie de ideário, de regulação linguística. Trata-se, portanto, de uma idealização linguística, de uma padronização tida como correta, mas que, no entanto, está muito distante de alcançar a realidade linguística dos falantes da língua portuguesa do Brasil. A esse respeito, Bagno (2003, p. 65) explica que a norma-padrão:

[...] serve muito bem, me parece, para designar algo que está fora e acima da atividade linguística dos falantes. Embora algumas pessoas também usem as expressões língua padrão, dialeto padrão e variedade padrão, eu prefiro ficar com o termo norma padrão, porque se é ideal, se não corresponde integralmente a nenhum conjunto concreto de

manifestações linguísticas regulares e frequentes não pode ser chamada de “língua”, nem de “dialeto”, nem de “variedade”. É uma norma no sentido mais jurídico do termo: “lei”, “ditame”, “regra compulsória” imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que tentam reger, regular e regulamentar o uso da língua. É também um padrão: um modelo artificial, arbitrário, construído segundo critérios de bom gosto vinculados a um determinado período histórico e num determinado lugar.

De acordo com as palavras do autor, a norma-padrão compreende um construto em torno da língua de natureza histórico-social e cultural; um modelo de língua abstrato que se afasta consideravelmente da realidade dos usos linguísticos dos(as) indivíduos(as) brasileiros(as), em geral, e até mesmo dos(as) falantes escolarizados(as) pertencentes a elite, visto que para diversas situações comunicativas utilizam um modo diferente de falar, e nem todas as regras impostas pela norma-padrão são seguidas ao pé da letra. Aqui, é preciso que façamos uma distinção entre as chamadas norma-padrão e norma-culta.

O fato de vez ou outra serem usadas como sinônimos, seja no ambiente escolar, midiático ou mesmo acadêmico (FARACO, 2008), causa uma enorme confusão entre esses dois conceitos. A distinção entre norma-culta e norma-padrão torna-se, portanto, fundamental para que possamos compreender melhor o escorregadio terreno da construção de toda e qualquer norma linguística. Nos parágrafos anteriores, vimos que a chamada norma-padrão compreende um modelo de língua abstrato, idealmente construído e que, no geral, não corresponde à realidade linguística de um povo. Por outro lado, o termo norma-culta recobre:

[...] a variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa [...]. São, em geral, as variedades que ocorrem em usos mais monitorados da língua por segmentos sociais urbanos, posicionados do meio para cima na hierarquia econômica e, em consequência, com amplo acesso aos bens culturais, em especial à educação formal e à cultura escrita (FARACO, 2008, p. 47).

O Brasil é um País de uma diversidade linguística gigantesca, visto que é formado por diversos povos, de diferentes culturas, classes sociais e entre outros fatores que se refletem na língua, ocasionando uma significativa multiplicidade de usos linguístico, ou a heterogeneidade linguística. Ao refletirem sobre essa questão, Cecílio e Matos (2009,

p.53) afirmam que “a heterogeneidade linguística dentro de um vasto e diversificado país como o Brasil é um fato natural e inevitável. A variação faz parte da natureza da linguagem e é resultado da diversidade de grupos sociais e da relação que estes grupos mantêm com as normas linguísticas”.

Nesse sentido, é inevitável que as variações ocorram, visto que são diferentes povos, de diferentes regiões, envolvidos pelas variadas situações comunicativas, em que muitas vezes se constata mais de uma forma para se dizer ou escrever a mesma informação. Ademais, o falante não necessariamente precisa dominar o português padrão, normativo para ser capaz de interagir de forma eficaz por meio de sua língua materna. Afinal, todo falante é capaz de se apropriar e adequar-se às diferentes maneiras de usar a sua língua, seja na modalidade falada ou escrita.

Sabemos que o modelo de língua imposto pela norma-padrão deixou há muito tempo de ser instrumento de regulação linguística. Logo, o que paira acima de nós, hoje, é um instrumento de opressão ideológica, discriminação e preconceito. Sobre essa problemática, Silva e Machado (2019, p. 57) postula que:

[...] as diferenças linguísticas podem ser usadas como um instrumento de estigmatização social. Isso ocorre quando se supervaloriza o fato de uma variedade receber maior prestígio que a outra e, por isso, se insulta, ridiculariza e/ou marginaliza aqueles que usam a forma não-padrão.

Nesse sentido, entendemos que quanto mais distante a variedade linguística usada pelo(a) falante estiver da norma-padrão mais desvalorizado(a) e ridicularizado(a) socialmente ele/ela é, gerando, assim, uma cultura de preconceitos. Sobre esse fenômeno, são novamente pertinentes as explicações de Silva e Machado (2019, p. 57):

O termo preconceito parte da ignorância de indivíduos que pré-estabelecem ideias ou conceitos sobre determinadas pessoas, religiões, comportamentos e outros. No caso da fala, uma pessoa ou determinado grupo social pode ser alvo de deboche pela sua maneira diferente de se comunicar. Muitas vezes, essa diferença é perceptível na ocorrência dos sotaques, que, na grande maioria, são ridicularizados.

É evidente que a ideia de que quem mora na cidade possui uma fala melhor em relação às pessoas do campo está carregada de julgamentos depreciativos. Em se tratando de sotaques, é perceptível um grande preconceito em relação à fala nordestina, por



exemplo. Geralmente, a maneira de falar dos indivíduos dessa região provoca risos e comentários maldosos, preconceituosos, haja vista que sujeitos oriundos da região nordeste são menos prestigiados socialmente em relação aos brasileiros oriundos de outras regiões do Brasil, a exemplo da região sul.

Esse tipo de postura, vale assinalar, se reflete tanto no âmbito escolar como em outras esferas sociais, em outros momentos como quando, por exemplo: um indivíduo é excluído de uma entrevista de emprego por utilizar uma variedade informal da língua – muitas vagas de emprego como recepcionista excluem pessoas por não dominarem a norma-padrão; o modo de falar do povo nordestino é motivo de risos nos programas humorísticos na TV aberta.

Essas reflexões mostram que o chamado preconceito linguístico é fundamentalmente sustentado por preconceitos sociais, ou seja, os falantes das variedades não-padrão estão geralmente situados em classes sociais menos favorecidas economicamente, o que pode lhes colocar às margens da sociedade. Logo, a linguagem que essa camada carrega é considerada errônea, visto que tende a se distanciar do modelo padronizado que a classe dominante utiliza.

Considerar a norma-padrão como superior em relação às demais normas é um equívoco, pois não encontra amparo científico. De igual modo, não faz sentido – pelo menos não para a ciência da linguagem – afirmar que apenas os falantes da variedade padrão falam “certo” e os demais indivíduos falam “errado”, pois não dominam o português padrão. Cientificamente falando, todas as variedades linguísticas são importantes, não existindo superioridade entre elas, como bem explicam Gorsky e Coelho (2009, p. 81):

Todas as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social, sendo inconcebível, portanto, afirmar que uma língua ou variedade linguística é superior ou inferior a outra.

Nessa linha, cabe esclarecer que para boa parte da sociedade, apenas pessoas elitizadas possuem o domínio da norma-padrão. Nesse sentido, apenas o modelo de língua que essa elite domina, a chamada norma-padrão, seria a “correta”, a que possui prestígio

diante de todas as outras variedades, ou seja, o português não-padrão supostamente caracterizaria as pessoas marginalizadas, de nível econômico baixo, pessoas que falam e/ou escrevem “errado”, pois usam uma língua diferente da tão prestigiada norma-padrão.

Também aqui, os estudiosos identificam um grande equívoco, involuntário ou não, que paira sobre a realidade linguística até mesmo das camadas mais abastadas economicamente. Afinal, como já nos referimos, a norma linguística que mais bem recobre os usos linguísticos feitos por sujeitos bem posicionados na pirâmide social seria a norma-culta e não a norma-padrão. Afinal, nem mesmo sujeitos com amplo acesso às escolas e todos os seus recursos usariam com precisão o modelo de língua imposto pela norma-padrão (BAGNO, 2003). O fato é que também os falantes favorecidos economicamente se veem diariamente em situações de interação verbal nas quais precisam usar diferentes modelos de língua, o que resulta em uma norma-culta também heterogênea; fato que absolutamente não ocorre com a norma-padrão, conforme evidenciado por inúmeros estudos (PRETTI, 1999; ARAÚJO; PEREIRA; VIANA, 2020).

Diversos estudos comprovam que a norma-padrão se distancia consideravelmente dos usos reais da língua. Assim, “[...] nota-se a existência, na sociedade brasileira, de um mito em alcançar um padrão linguístico fictício que a mantém distante da língua falada, que em muitas vezes é reforçado pela escola.” (SILVA; MACHADO, 2019, p. 58).

Redirecionando essas questões para o contexto escolar, cabe salientar que os educandos ao serem inseridos no contexto escolar se deparam com uma linguagem bastante diferente daquela com a qual estão acostumados em casa, no seu dia a dia. Assim, os(as) educandos(as) que, ao chegarem as escolas não estabeleceram muito contato com as normas prestigiadas socialmente (culta e padrão) tendem a ficar à margem dos padrões linguísticos impostos pela escola, pela sociedade. Diante disso, são colocados(as) para aprender o uso “correto” da língua, entendendo que o modelo de língua que usaram em grande de suas vidas deve ser substituído por um mais aceitável.

Esse cenário reflete um ato de violência linguística, social, cultural praticado pelas instituições de ensino contra um dos principais traços da identidade daqueles(as) que conseguem chegar às escolas, isto é, a sua língua. Afinal, a escola precisa ser pensada

como um espaço, uma instituição que deve promover o enriquecimento linguístico dos(as) educandos(as). Para tanto, é essencial levá-los(as) a compreender que é necessário aprender a ler e a escrever conforme o maior número possível de variedades linguísticas, fato que implica no reconhecimento do modelo de língua do qual precisam se apropriar, bem como daquele que já trazem de casa como um fenômeno natural que pode e deve ser estudado com propósitos científicos.

Essa perspectiva permite o florescimento da cidadania, porque leva o aluno a perceber a língua de maneira diferente, como a sua maneira de ser. A sua língua é a sua maneira de ser, e a exclusão dessa maneira de ser tem efeitos negativos também na aprendizagem da leitura e da escrita. Somos as línguas que falamos. Nossa língua materna é um componente fundamental da nossa identidade, não apenas como pessoa, mas também como povo. Não somos cidadãos plenos se temos vergonha da nossa fala, se negamos até hoje que há um português brasileiro, que tem características próprias reconhecidas há séculos, e se vemos no português da gente, na feliz expressão de Ilari e Basso (2006), um motivo de chacota porque “não sabemos falar” (OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016, p. 23, grifos no original).

Com base nas supracitadas reflexões de Oliveira e Quarezemim (2016), não resta dúvidas de que ao excluirmos determinadas variedades linguísticas, estamos excluindo pessoas; ao elegermos uma norma linguística como superior a outra, estamos assumindo que há sujeitos(as) superiores a outros(as) tidos(as), nesse caso, como inferiores. Afinal, toda e qualquer variedade linguística está umbilicalmente ligada a sujeitos(as), a falantes reais. Alimentar preconceitos em relação à fala ou à escrita de determinadas pessoas, quando se afastam do padrão normativo, é nutrir, praticar preconceitos em relação a pessoas reais e cujos traumas, os prejuízos podem ser carregados por toda vida (BORTONI-RICARDO, 2004).

3 O preconceito linguístico alimentado pela supervalorização da norma-padrão

O preconceito linguístico paira sobre a sociedade brasileira. Em seus diversos trabalhos, o professor, linguista e filólogo Marcos Bagno, o preconceito linguístico é todo juízo de valor negativo, desrespeito às variedades linguísticas de menor prestígio social.

Como já mencionado na sessão anterior, existe de um lado uma variedade linguística de grande prestígio social, a mais aceita perante a sociedade, supostamente pertencente a um grupo social elitizado e altamente letrado; estamos nos referindo à supervalorizada norma-padrão. Por outro lado, as demais normas ou variedades linguísticas que se distanciam da norma-padrão são consideradas impróprias ou mesmo erradas, sendo motivo de chacota, comentários maldosos, motivo de gargalhadas.

Assim, o preconceito linguístico trata-se de discriminações por parte de falantes que supostamente dominam a linguagem padrão em relação a fala de indivíduos(as) que não falam a variedade prestigiada socialmente. Consequentemente, os(as) falantes que dominam a norma-padrão tendem a pertencer aos grupos sociais dominantes, estão no centro da sociedade, enquanto a outra parcela da população – a grande maioria que não domina a variedade padrão – é posta às margens da sociedade.

Esses(as) sujeitos(as) são pessoas estigmatizadas socialmente, são vítimas de piadas, inferiorizados(as), no que aqui nos interessa mais propriamente, pela forma como falam ou escrevem. Importante destacar que o preconceito linguístico sofrido por sujeitos(as) que fazem uso de variedades não prestigiadas socialmente é praticado não apenas por indivíduos(as) mais bem posicionados(as) socialmente e que acreditam dominar a norma padrão. Na verdade, em muitos casos, os próprios falantes de variedades linguísticas menos prestigiadas socialmente praticam preconceito linguístico em relação a sua própria fala ou escrita, pois a enxergam como inferior as demais.

Diante do exposto, destacamos a seguinte reflexão de Bagno (2009, p. 9-10):

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida à confusão que foi criada, no curso de história, entre *língua e gramática normativa*. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. A língua é u enorme *iceberg* flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma Culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo resto da língua – afinal, a ponta do *iceberg* que emerge representa apenas um quinto de seu



volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia gerada pelo preconceito linguístico.

Como vemos, a tônica do preconceito linguístico está alicerçada na ideia infundada cientificamente de que a gramática normativa contém a verdade sobre a língua. A hegemonia da gramática normativa está atrelada às noções de “certo” e “errado”, ou seja, defendem que toda variedade linguística não condizente com a norma-padrão é errada, inferior. Como bem explica Bagno (2009), língua e gramática são elementos diferentes, embora estejam intimamente relacionados. Seja como for, não se pode exigir que, em uma sociedade altamente desigual socioeconomicamente, como a brasileira, todos os falantes dominem a norma-padrão. Afinal, a norma-padrão é apreendida nos grandes bancos escolares, circulando amplamente nos meios de comunicação e demais cenários prestigiados economicamente. Logo, só podemos concluir que apenas uma parcela bastante limitada da população brasileira tem acesso à norma-padrão.

O preconceito linguístico é alimentado principalmente por parte das elites que utiliza a língua como forma de dominação e opressão em relação à indivíduos(as) que não pertencem aos grupos dominadores e consequentemente não dominam o português padrão. Assim, indivíduos(as) que já nascem nesses núcleos provavelmente terão mais facilidade para lidar com a norma-padrão e continuarão fazendo parte da elite, enquanto indivíduos(as) que ficam às margens continuaram sendo vítimas de preconceito visto que, a maioria dos empregos prestigiados socialmente contratam apenas pessoas que dominam a linguagem padrão.

Diante disso, compreendemos que é justamente em função da exclusão social que opera a supervalorização da norma-padrão. O poder das classes dominantes é antes o poder de uso de uma linguagem tida por essas classes como mais um meio de oprimir os(as) diversos(as) falantes que não ocupam um lugar prestigiado na sociedade.

No Brasil, o preconceito linguístico se manifesta principalmente no âmbito socioeconômico e regional. É muito comum percebermos que existem juízos de valores e reprovações altíssimas sobre as variedades linguísticas usadas pelas classes sociais menos favorecidas economicamente, cujos sujeitos(as) que as compõem pouco ou nunca

frequentaram a escola. De igual modo, são notórias as depreciações sofridas pela fala de brasileiros(as) oriundos(as) de algumas regiões do Brasil, a exemplo da região Nordeste, conforme já nos referimos. A esse respeito, sabemos que não raramente, os falares do Nordeste são facilmente taxados de caipira, tomados como motivo de piadas, aparecem de modo caricato em meios de comunicação, a exemplo da televisão. Logo, são vítimas de intolerância linguísticas, os(as) indivíduos(as) que se encontram em locais geográficos que historicamente foram massacrados pelo descaso político, econômico e midiático.

Sobre o preconceito em relação aos falares do Nordeste, Bagno (2009, p. 43-44) ressalta que:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem nordestino é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em nenhum lugar do Brasil, muito menos no Nordeste.

Concordando com as palavras do autor, é muito difícil um personagem nordestino, em uma telenovela, interpretar um médico, por exemplo. No geral, o que vemos são papéis inferiores, personagens com o intuito de garantir a risada dos espectadores pela forma que se fala serem atribuídos a nordestinos. O que paira no imaginário de quem praticamente até mesmo de quem sofre preconceito é que existe apenas uma norma correta enquanto quem utiliza uma variedade diferente está completamente errado. Nessa linha de pensamento, Silva (2021, p. 5) destaca que “A principal fonte de preconceito linguístico, no Brasil, está ligada, na maioria dos casos, à discriminação que as classes sociais mais baixas sofrem pela comparação que fazem entre sua forma de falar e a forma considerada correta pelos códigos normativos da língua.”

A discriminação linguística manifesta-se a partir do confronto entre falas supervalorizadas proferidas por falantes prestigiados(as) economicamente, geralmente com alta escolarização e falas “erradas” e “engraçadas” que supostamente são ditas por falantes pobres, analfabetos(as), oriundos(as) de regiões interioranas. O que nos parece é

que, enquanto instrumento de interação social e identitário, a linguagem revela, antes de qualquer coisa, a posição social ocupada pelo(a) falante, sua região de origem, grau de escolarização, dentre outros traços de sua identidade. Nada mais natural, portanto, que enquanto traço de nossa identidade social, todas as variedades linguísticas sejam reconhecidas como legítimas, válidas, ricas e dignas de respeito perante todos os âmbitos da sociedade. No entanto, a supervalorização da norma-padrão alimenta, como temos argumentado, o preconceito linguístico quando é usada para menosprezar, oprimir e excluir os falantes que não a dominam, visto que a norma-padrão é posta como única correta entre as demais variedades linguísticas.

Nas escolas, os professores repreendem seus alunos pela maneira como falam – caso se distanciem da norma-padrão – e, a partir disso, os(as) próprios(as) educandos(as) criam falsas crenças em relação a sua maneira de falar julgando a si mesmo(a) de forma depreciativa, se rebaixando por se distanciar da variedade linguística usada pelos professores ou mesmo por outros(as) colegas de classe que têm maior acesso à supervalorizada norma-padrão.

Sobre a delicada questão do preconceito linguístico praticado nas escolas, Silva e Machado (2019, p. 58) atentam que:

[...] o discente que recebe um pré-julgamento pelo seu modo de falar, na escola, onde suas diferenças deveriam ser entendidas e respeitadas, pode se sentir pouco estimulado a desenvolver competências e habilidades por vergonha de se comunicar fora de sua comunidade de fala e ser mal interpretado e penalizado.

Inúmeros são os relatos de manifestação do preconceito linguístico na esfera escolar. Essas manifestações têm sido frequentemente reveladas e colocadas em discussão por trabalhos como os de Bortoni-Ricardo (2004). Fora da academia, o preconceito linguístico sofrido por educandos(as) já foi retratado até mesmo em Histórias em Quadrinhos (doravante HQs), a exemplo, da *Turma da Mônica*, de Maurício de Sousa, em que o personagem *Chico Bento* – menino de origem pobre, natural de zona rural – tem sua fala frequentemente tomada como alvo de chacota, por parte dos(as) amigos(as), e motivo de insistente de correção, por parte de suas professoras. Para exemplificar o que

estamos colocando, reproduzimos, nas Figuras 1 e 2, algumas HQs do *Chico Bento* que retratam essa situação.

Figura 1 – HQ *Chico Bento*



Fonte: <https://olhonavaga.com.br/questoes/questoes?pr=74564&tc=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Figura 2 – HQ *Chico Bento*



Fonte: <https://www.teconconcursos.com.br/questoes/797018>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Diante das HQs expostas, cabe destacar que, enquanto educadoras e principais agentes a que é atribuída a tarefa de mediar o contato do alunado com a norma linguística



prestigiada socialmente, isto é, a norma-padrão, é perfeitamente justificável e totalmente compreensível a preocupação das professoras com o domínio dessa norma pelo personagem *Chico Bento*. Afinal, essas profissionais sabem que para ingressar em uma universidade, no competitivo mercado de trabalho, bem como para circular em meios sociais mais prestigiados economicamente, os milhões de *Chico Bentos* existentes no Brasil precisam conhecer a norma linguística prestigiada socialmente.

Todavia, não há nenhum tipo de justificativa para a forma hostil, desrespeitosa, preconceituosa com que *Chico Bento* tem sua fala tratada pelas professoras. Em nossa compreensão, a atitude depreciativa das profissionais retratadas nas HQs pode ter suas raízes em duas problemáticas questões. Primeiro, o despreparo por parte das profissionais para lidar com as diferenças linguísticas que constituem as nossas, sempre plurais, salas de aulas. Disso depreendemos a necessidade de uma formação acadêmica-profissional cada vez mais qualificada e atualizada com as correntes linguísticas, a exemplo da Sociolinguística³, para os profissionais da educação.

Em segundo lugar, não podemos perder de vista o fato de que também os(as) professores(as) estão imersos(as) em uma cultura que prega a supervalorização da norma-padrão em detrimento das demais. Logo, enquanto sujeitos(as) sociais, os professores e as professoras são constantemente levados(as) a crer e mesmo defender a superioridade da norma-padrão em relação as muitas outras variedades de nossa língua, a exemplo da variedade dita ‘caipira’, sobre as quais, infelizmente, recaem julgamentos depreciativos, negativos.

Não é apenas nas escolas que o preconceito linguístico pode ser registrado. Na verdade, ele pode ocorrer em qualquer ambiente ou esfera social, haja vista que, alguns indivíduos se utilizam de seu prestígio na sociedade para oprimir, julgar indivíduos em função do modo como se comportam linguisticamente.

³ Grosso modo, a Sociolinguística tem como foco o estudo sistemático das inúmeras variedades linguísticas que compõem toda e qualquer língua natural.

A esse respeito, salientamos que não muito distante ganhou as manchetes dos jornais a forma desrespeitosa com que um médico paulista se comportou diante da fala de uma paciente, conforme a Figura 3:

Figura 3 – Manifestação de preconceito linguístico em consultório médico



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/medico-debocha-de-paciente-na-internet-nao-existe-peleumonia.html>. Acesso em 22 jan. 2022.

De um lado temos um médico pertencente a classe dominante economicamente. Do outro lado, um paciente do sexo masculino, mecânico, de 42 anos de idade – na época do ocorrido – que não conseguiu concluir o ensino fundamental, “e que não sabe como falar corretamente algumas palavras”, conforme é explicado na reportagem do G1. De forma preconceituosa, o médico se aproveita de seus conhecimentos da norma-padrão e se acha no direito de julgar o paciente em função do modo como fala, visto que a palavra *peleumonia* se distancia da norma prestigiada socialmente.

Evidentemente, o médico compreendeu perfeitamente a informação contida no termo *peleumonia*, dita pelo seu paciente. No entanto, preferiu agir de modo desrespeitoso e contando com a impunidade, foi até as suas redes sociais debochar publicamente da fala do paciente. De forma irresponsável, insensível, preconceituosa o médico não levou em consideração que todos(as) os(as) falantes do português que utilizam formas linguísticas

diferentes da norma-padrão, são pessoas com sentimentos, culturas que se manifestam, dentre outros aspectos, na forma como falam.

Diante de tudo que dissemos, é importante esclarecer que não estamos sugerirmos que a norma-padrão ou a norma-culta devem ser abolidas das escolas, por exemplo. Afinal, é óbvio que os(as) falantes precisam aprender a dominar as normas linguísticas favorecidas socialmente. Dentre outras coisas, as regras impostas pela tradição normativa engessadas na norma-padrão são necessárias em diferentes contextos de interação, permitindo, assim, uma interação mais efetiva sempre a depender do contexto em que usamos nossa língua.

O que não podemos é esquecer deliberadamente ou não que, embora seja o modelo de língua mais amplamente prestigiado socialmente, a norma-padrão está longe de ser a única que dispomos e usamos para interagir socialmente por meio da linguagem verbal. Como já mencionado, todas as outras normas linguísticas são importantes e têm seu papel na construção identitária do povo brasileiro. Portanto, a escola e demais esferas sociais precisam reconhecer e validar a diversidade da língua portuguesa.

Mais especificamente no âmbito escolar, é preciso não perder de vista que é tarefa dos bancos escolares promoverem o ensino da norma-padrão, mas nunca pregar a sua superioridade em relação as demais normas ou variedades linguísticas, tampouco tomar a norma-padrão como objeto exclusivo de ensino. A esse respeito, são pertinentes as palavras de Araújo, Pereira e Viana (2020, p. 311-312):

[...] a escola, enquanto um lugar essencialmente plural, deve e precisa abrigar o maior número possível de normas linguísticas, valores, culturas, vozes diferentes etc., estejam elas relacionadas à cultura favorecida economicamente ou não. Pois acreditamos que é somente desse modo que a implementação de uma cultura linguística sensível às diferenças e à realidade de nossa língua será possível. É, então, somente a partir da acolhida dos diferentes falares, ou das diferentes normas, que a escola pode passara enxergar e compreender as diferenças linguísticas como um traço, uma propriedade natural de nossa língua e não mais como algum tipo de deficiência linguística.

Nessa mesma linha, são salutares as palavras de Bagno (2009, p. 18-19):



É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas à educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira *diversidade linguística de nosso país* para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão. O reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola provenientes de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão.

Portanto, a escola precisa primeiramente aceitar a heterogeneidade linguística, lançando mão da maior quantidade possível de normas linguísticas, trazendo para os alunos conceitos tais como: variedade linguística, preconceito linguístico, heterogeneidade, abrindo, assim, um grande leque de conhecimentos sobre a língua. E através de tais conhecimentos é preciso aceitar, compreender e respeitar os diversos falares, destacando-se, com isso, que a heterogeneidade de nossa língua é um traço histórico, cultural, natural e, portanto, identitário dos brasileiros e das brasileiras.

Considerações finais

Neste trabalho, discutimos a supervalorização da norma-padrão e sua relação com o preconceito linguístico. A escolha dessa temática fez com que nos deparássemos com questões bastante complexas e a partir das quais identificamos os seguintes questionamentos, conforme sinalizamos na Introdução: (i) O que marca a supervalorização da norma padrão? (ii) Como é possível que nossas escolas, bem como a sociedade, prefiram, ainda, desconsiderar o fato cientificamente comprovado de que a língua é um sistema heterogêneo e lançar mão de um modelo de língua, a norma padrão, que nem sempre corresponde a nossa realidade linguística?

Com o propósito de lançar alguma luz a essas indagações, fizemos um apurado levantamento de estudos linguísticos recentes sobre a temática nos quais nos amparamos para a construção de nossas reflexões acerca da temática proposta. No que tange o primeiro questionamento, o exame do referencial consultado nos permite afirmar que a



supervalorização da norma-padrão é um construto sócio-histórico marcado, dentre outras coisas, pela tentativa de padronização linguística em que a forma como escritores consagrados produziam seus clássicos foi eleita como modelo ideal de língua.

Nesse longo e tortuoso caminho em que a supervalorização da norma-padrão foi construída, diversas outras normas ou variedades linguísticas bem mais próximas da realidade da língua portuguesa usada por nós foram excluídas. Na linha de pensamento em que inserimos nossas reflexões, assume-se que língua, sociedade e sujeitos são elementos inseparáveis. Logo, só podemos concluir que à medida que elegemos como superior uma ou outra variedade linguística, estamos reconhecendo a superioridade dos seus usuários das suas usuárias em relação àqueles(as) que usam uma variedade linguística distante da tida como superior. De igual maneira, quando determinadas variedades linguísticas são julgadas como inferiores, seus(as) falantes também o são.

Sobre o segundo questionamento, entendemos que, apesar dos avanços na compreensão do funcionamento das línguas naturais, proporcionados pelos estudos linguísticos, bem como pela incorporação de muitas dessas descobertas às diretrizes oficiais para o ensino de língua nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular, por exemplo, nossas escolas parecem ainda relutantes quanto a colocação em prática da ideia já consagrada de que a língua não é homogênea. Esse fato, evidentemente, dificulta ou mesmo inviabiliza o trabalho com as muitas normas ou variedades linguísticas que compõem o PB.

Compreendemos, de igual modo, que nossas escolas não existem em meio ao nada. Em outras palavras, as instituições oficiais de ensino são parte de uma sociedade na qual impera ainda uma visão de língua homogênea; uma sociedade que tem se mostrado relutante quando do reconhecimento da diversidade linguística, cultural do povo brasileiro. Trata-se, em termos simples, de uma sociedade que procura também nas diferenças linguísticas motivos para julgar e oprimir milhões e milhões de brasileiros(as) desprovidos(as) de recursos financeiros, fato esse que dificulta consideravelmente o acesso desses cidadãos e dessas cidadãs aos bens culturais prestigiados socialmente, como a supervalorizada norma-padrão.



Com isso, entendemos que, enquanto a forma preconceituosa como a qual nossa sociedade enxerga a língua não mudar, nossas escolas, enquanto parte dessa sociedade, também não mudarão. O caminho inverso também é necessário, ou seja, quanto mais nossas escolas avançarem no sentido de promover a compreensão do funcionamento das muitas normas linguísticas que constituem o PB e não focarem apenas ou principalmente na norma-padrão, maiores são as chances de nossa sociedade avançar na direção do real combate a estigmas e preconceitos linguísticos perpetuados sobre as nossas naturais diferenças linguísticas.

Concluimos este trabalho, ainda mais conscientes de que a língua é um fenômeno essencialmente heterogêneo, sendo assim, as variações linguísticas são fatores inerentes a língua. Nesse sentido, é bastante incoerente impor um modelo de língua, ou validar apenas uma norma linguísticas como correta, enquanto as demais normas são inferiorizadas. Reiteramos que excluir variedades linguísticas é excluir pessoas, culturas e histórias, visto que por trás de cada variedade existe uma história de vida. Excluindo-as abre-se, portanto, portas para perpetuação do preconceito linguístico. Nessa perspectiva, a supervalorização da norma-padrão fomenta o preconceito linguístico, uma vez que indivíduos utilizam o domínio da norma-padrão para ridicularizar os demais indivíduos por não a dominarem.

Por fim, cabe lembrar que todo estudo deixa, naturalmente suas lacunas a partir das quais, acreditamos, outros trabalhos podem vir a se efetivar. Assim, por exemplo, destacamos que o aprofundamento na construção histórica da norma-padrão certamente abre espaço para a realização de um trabalho futuro. Não obstante, esperamos ter contribuído para as discussões acerca da sempre delicada e complexa relação entre norma-padrão e o preconceito linguístico disseminado na sociedade brasileira em relação à determinadas variedades linguísticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Editora Parábola, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1989.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução Marcos Marcionilo. 4. ed. São Paulo: Editora Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística parte II. In. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012, p. 51-83.

CECILIO, Sandra Regina; MATOS Cleusa Maria Alves de. **Heterogeneidade linguística no ensino de língua portuguesa**. In: CELLI- COLOQUIO DE ESTUDOS LINGUISTICOS E LITERARIOS. 3, Maringá. **Anais...** 2009, p. 2051-2058.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. Revista **Working Papers em Linguística**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partida: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra. **Gramática na escola**. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2016.


PRETI, Dino. A propósito do conceito de discurso oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, Dino (Org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999, p. 21-34.

SILVA, Lilian dos Santos; MACHADO Tania. **Preconceito linguístico: Uma perspectiva no 6º ano do ensino fundamental**. Mandinga- Revista de estudos linguísticos. Redenção- CG. V.03, n. 01. P.51-66. Jan/Jul. 2019.

SILVA, Maria Luciléia Gonçalves da. O papel da escola como instrumento de combate ao preconceito linguístico. Rev. Pemo, Fortaleza, v. 3, n. 2, e 324614, 2021.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 13 • Número 38 • Nov 2022
 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v13i38.8153>

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Concordância verbal. *In.*: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso, 2007, p. 86-10.

Recebido em: 27/01/2022 | Aprovado em: 26/07/2022
Publicado em: 04/07/2025
